

Fonte: OESP
Data: 27/11/99 B2
Class: 18

O jardim planetário

POR QUE A REFORMA DO CAPITALISMO NÃO PODE ELIMINAR ASPECTOS NEGATIVOS SOCIAIS E AMBIENTAIS?

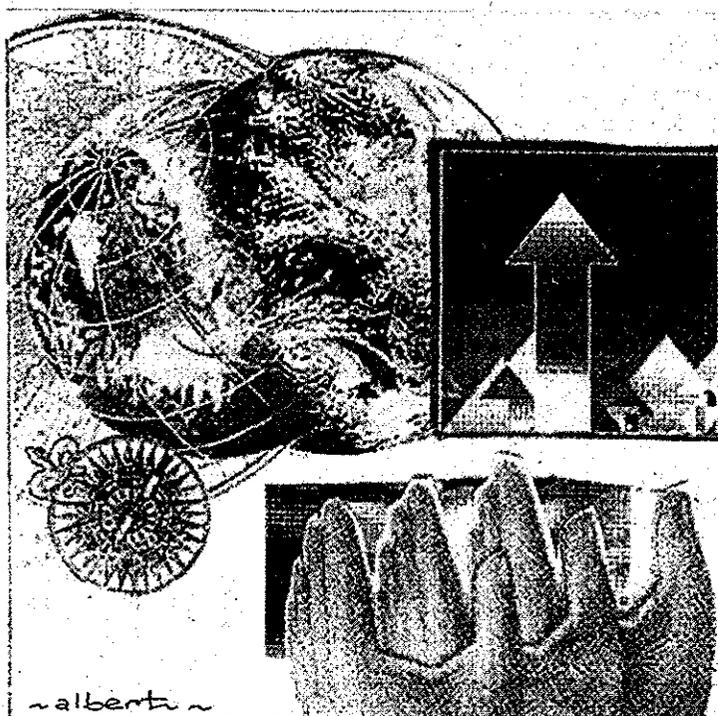
IGNACY SACHS

Para comemorar a virada do século e do milênio, o Parque de la Villette em Paris organizou uma monumental exposição intitulada "O jardim planetário".

A metáfora da jardinagem planetária é sugestiva. Devemos cuidar da biosfera como bons jardineiros, aprendendo a viver em simbiose com a natureza, em vez de teimar em explorá-la como predadores; os parasitas não sobrevivem à morte do hóspede. As civilizações duradouras serão aquelas que saberão fazer um bom uso da natureza, para fins econômicos e também estéticos. O cultivo e arranjo das flores e a invenção dos jardins, reais e metafóricos, integram desde tempos remotos a tradição artística da Humanidade.

A idéia do jardim planetário convida outrossim a privilegiar os recursos renováveis na busca das soluções viáveis para o futuro, pondo à contribuição – a começar pelos países tropicais – o trinômio *biodiversidade-biomassa-biotecnologias* (estas últimas nas duas pontas para aumentar a produtividade da biomassa e ampliar o leque dos produtos derivados). Ela permite ainda colocar a relação homem-natureza no nível correto: os jardins são artefatos inventados por homem, informados pela observação metódica dos ecossistemas naturais e desenhados à sua imagem com a preocupação da durabilidade: pertencem à *economia da permanência* (o termo é de Gandhi).

No sentido literal da palavra, a horticultura se afigura como um importante ramo de ati-



vidade na busca da segurança alimentar, sobretudo nas regiões do mundo com altíssimas densidades de população rural e uma relação desfavorável terra-homem. Ali se trata de maximizar o rendimento de cada palmo de solo cultivável, gerando ao mesmo tempo uma quantidade razoável de empregos e/ou auto-empregos.

A exposição se propõe a contribuir à *reconciliação dos homens com a natureza*.

Trata-se de um objetivo louvável, que não deveria no entanto ser separado da *reconciliação dos homens entre eles*.

Um *capitalismo verde, ambientalmente benigno*, embora continuando a praticar o darwinismo social, é possível conquanto se reforme o sistema dos preços de maneira a refletir os custos verdadeiros dos recur-

sos naturais e os custos ocultos da poluição. É a tese defendida por um dos pioneiros da causa ambientalista nos Estados Unidos, Amory Lovins, num livro desconcertante (P. Hawken, A. Lovins e L.H. Lovins (1999), *Natural Capitalism: Creating the Next Industrial Revolution*, Earthscan, Londres).

Já que se trataria de um capitalismo reformado, por que não caminhar no sentido da eliminação simultânea das externalidades negativas sociais e ambientais?

Como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada em Estocolmo em 1972, o *eco-desenvolvimento* (rebatizado posteriormente como *desenvolvimento sustentável*) firmou-se como um conceito postulando a harmonização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos em base a um duplo imperativo ético: a solidariedade sincrônica com a geração presente

e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras. A viabilidade econômica das soluções buscadas – o terceiro pé do *tripé social-ambiental-econômico* – afigura-se como uma condição necessária, embora de caráter meramente instrumental. O *contrato natural*, proposto pelo filósofo francês Michel Serres, surge assim como um complemento, porém não como um substituto do *contrato social*.

Nas três décadas que se seguiram à 2.ª Guerra Mundial, tivemos um *crescimento socialmente benigno* com pleno emprego, porém altamente destrutivo do meio ambiente. Corremos agora o risco de entrar no já mencionado *crescimento ambientalmente benigno*, porém sem geração suficiente de empregos. Ambos devem ser superados através da busca difícil, mas não impossível, de soluções *triplemente ganhadoras*, as únicas a constituir o desenvolvimento genuíno.

Começando por explorar as oportunidades de geração de empregos, ligados à redução do desperdício da energia, água e outros recursos naturais, ao aproveitamento dos resíduos agrícolas e à reciclagem. Em termos macroeconômicos, estes empregos se autofinanciam pela poupança dos recursos que trazem. Um outro nicho promissor diz respeito aos empregos que asseguram uma melhor manutenção do patrimônio já existente. A prorrogação da vida útil de infra-estruturas, equipamentos, parque imobiliário e viário reduzirá a demanda pelo capital de reposição, liberando recursos para novos investimentos produtivos.

■ Ignacy Sachs é professor honorário da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris e co-diretor do seu Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo.